FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

JOSÉ IRIVALDO ALVES OLIVEIRA SILVA

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

JOSÉ IRIVALDO ALVES OLIVEIRA SILVA

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

COMITÊ GESTOR E COMISSÃO ACADÊMICA NACIONAL DO PROFIAP
Presidente do Comitê Gestor
Dario de Oliveira Lima Filho
Vice-Presidente do Comitê Gestor
Marcos Tanure Sanabio
Coordenadora da Comissão Acadêmica Nacional
Teresa Cristina Janes Carneiro
Coordenador Adjunto da Comissão Acadêmica Nacional
Claudio Zancan
Coordenadora de Avaliação
Eliane Moreira Sá de Souza

AUTOR
José Irivaldo Alves Oliveira Silva

AVALIADOR
Adriel Rodrigues de Oliveira

EQUIPE TÉCNICA – UFSC
Coordenação Geral
Alexandre Marino Costa
Gilberto de Oliveira Moritz
Coordenação de Produção de Recursos Didáticos
Denise Aparecida Bunn
Projeto Gráfico
Cláudio José Girardi
Lilian Borges Rau
Editoração
Cláudio José Girardi
Revisão Textual e Normalização ABNT
Sergio Luiz Meira
Claudia Leal Estevão Brites Ramos
Capa
Lilian Borges Rau
Logomarca PROFIAP
Rodrigo Brandão

Ministério da Educação – MEC
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Diretoria de Educação a Distância – DED
Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

José Irivaldo Alves Oliveira Silva

CAD
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO
2014

Ficha Catalográfica

S586f Silva, José Irivaldo Alves Oliveira
Formulação de políticas públicas / José Irivaldo Alves Oliveira Silva. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014.
66 p.
ISBN: 978-85-7988-247-0

Inclui referências
Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP

1. Políticas públicas. 2. Gestão social. 3. Administração pública. I. Título.

CDU: 35

Catalogação na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Esta obra é distribuída por meio da Licença Creative Commons 3.0
Atribuição/Uso Não Comercial/Vedada a Criação de Obras Derivadas / 3.0 / Brasil.

Sumário

Sobre a Disciplina 09
Apresentação 11

Aula 1: Políticas Públicas
Objetivo 13
Leituras Sugeridas 13
Leituras Complementares 14
Fóruns 15
Verificação de Aprendizagem 15

Aula 2: Formulação de Políticas Públicas
Objetivo 17
Leituras Sugeridas 17
Leituras Complementares 18
Fóruns 18
Verificação de Aprendizagem 19

Aula 3: Implementação das Políticas Públicas
Objetivo 21
Leituras Sugeridas 21
Leituras Complementares 22
Fóruns 22
Verificação de Aprendizagem 22

Aula 4: Avaliação
Objetivo 23
Leituras Sugeridas 23
Leituras Complementares 24
Fóruns 25
Verificação de Aprendizagem 25

Aula 5: Parâmetros das Políticas Públicas Após Constituição de 1988 e Gestão Social
Objetivo 27
Leituras Sugeridas 27
Leituras Complementares 28
Fóruns 29
Verificação de Aprendizagem 29

Aula 6: Federalismo: descentralização e transparência
Objetivo 31
Leituras Sugeridas 31
Leitura Complementares 32
Fóruns 33
Verificação de Aprendizagem 33

Aula 7: Participação e Controle Social na Gestão Pública Contemporânea
Objetivo 35
Leituras Sugeridas 35
Leituras Complementares 36
Fóruns 37
Verificação de Aprendizagem 37

Aula 8: Políticas Públicas Setoriais: educação
Objetivo 39
Leituras Sugeridas 39
Leituras Complementares 40
Fóruns 41
Verificação de Aprendizagem 41

Aula 9: Políticas Públicas Setoriais: saúde
Objetivo 43
Leituras Sugeridas 43
Leituras Complementares 44
Fóruns 45
Verificação de Aprendizagem 45

Aula 10: Políticas Públicas Setoriais: segurança pública
Objetivo 47
Leituras Sugeridas 47
Leituras Complementares 48
Fóruns 49
Verificação de Aprendizagem 49

Aula 11: Políticas Públicas Setoriais: meio ambiente
Objetivo 51
Leituras Sugeridas 51
Leituras Complementares 52
Fóruns 53
Verificação de Aprendizagem 53

Aula 12: Políticas Públicas Setoriais: habitação
Objetivo 55
Leituras Sugeridas 55
Leituras Complementares 56
Fóruns 57
Verificação de Aprendizagem 57

Aula 13: Políticas Públicas Setoriais: seguridade social
Objetivo 59
Leituras Sugeridas 59
Leituras Complementares 60
Fóruns 61
Verificação de Aprendizagem 62

Aula 14: Políticas Públicas Setoriais: trabalho e geração de renda
Objetivo 63
Leituras Sugeridas 63
Leituras Complementares 65
Fóruns 65
Verificação de Aprendizagem 65

Sobre a Disciplina

Disciplina
Formulação de Políticas Públicas

Ementa
Políticas Públicas: conceito, características, abrangência e funções. Análise das condicionantes institucionais, políticas, sociais e culturais do desenvolvimento e da gestão social. Modelos de gestão pública e concepções da relação entre Estado e sociedade (e respectivos papéis na gestão social) que os referidos modelos pressupõem. Avaliação da qualidade dos resultados do setor público. Estudo de políticas públicas e avaliação da realidade brasileira.

Carga horária: 60 horas

Apresentação

A atividade estatal não se resume apenas a rotinas administrativas que nos impulsionam a refletir mecanicisticamente em relação ao Estado, uma vez que sabemos que estamos diante de um organismo complexo que precisa funcionar e apresentar resultados com foco no bem comum da sociedade. Entendemos que uma das dimensões mais relevantes das atividades estatais é construir políticas, ou mediar processos de construções dessas políticas, que são classificadas de "públicas".

Além dos processos e procedimentos que rotinizam a gestão pública de modo geral, podemos dizer que existe uma área tática do Estado, uma área "pensando ou refletindo", ou áreas, que são destinadas a pensar formas e saídas para os problemas da sociedade. O resultado dessa reflexão e do planejamento de equipes, ou áreas da gestão pública no *staff* estatal, é justamente a formulação, ou elaboração, de políticas públicas.

Quando nos debruçamos sobre as etapas que compõem o processo de formulação de políticas públicas, ou simplesmente formulação de políticas públicas, entramos em contato com a principal atividade do Estado, que é elaborar políticas, mediá-las, implementá-las, monitorá-las e avaliá-las. Essa é a parte processual, construída de etapas delimitadas, que racionaliza uma ordem para que possamos ter o mínimo de organicidade no que chamamos de política pública.

Enfatizamos que a presente disciplina cuidará de apresentar e problematizar a importante tarefa do Estado, em conjunto com a sociedade, de formular políticas públicas através de ações planejadas. Sem dúvida o processo de formulação de políticas públicas é de suma importância, na medida em que estamos formando quadros especializadas de alto nível, para a implementação de uma cultura política baseada na ação planejada do Estado.

A nossa experiência nos apresenta a necessidade daqueles que se aventuram em ocupar cargos na gestão pública, eletivos ou não, de conhecer como uma política pública é formulada, gestada, quais são as etapas necessárias, quem são os atores envolvidos. Enfim, o profissional precisa saber o que significa uma política pública no contexto do Estado e da sociedade e que relevância isso tem para o desiderato do Estado.

Sendo assim, esta disciplina é extremamente relevante para o gestor público, dando-lhe subsídios para a localização das políticas públicas no contexto do Estado contemporâneo, enfatizando a importância do melhor planejamento, chamando atenção para a necessidade do acompanhamento e da avaliação dos resultados da política pública quando implementada. Certamente, a disciplina ajudará na compreensão acerca da atividade de panejamento e reflexão na gestão pública, auxiliando o discente a desenhar possibilidades de ações dos órgãos e setores do Estado, em qualquer esfera, estendendo-se ao terceiro setor, que tanto se relaciona com os entes estatais.

Passando a apresentar os objetivos na disciplina Formulação de Políticas Públicas, podemos destacar que o seu objetivo geral é provocar no aluno do mestrado a percepção de algumas facetas da Política Pública, quais sejam: a parte conceitual, acerca das visões sobre o que são políticas públicas; o planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*); a resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*). E, com isso, levar o aluno a perceber quais são as etapas do que chamaremos de "processo de formulação de políticas públicas", o que significa cada uma delas no contexto do Estado contemporâneo, como se procede para a execução de cada uma. Além desse objetivo geral, temos o seu desdobramento em diversos objetivos específicos que serão apresentados em cada Unidade a ser trabalhada no presente componente curricular.

Esperamos que, ao final desta disciplina, o pós-graduando possa: perceber o ciclo das políticas públicas, podendo identificar cada etapa, caracterizando-as e relacionando-as em grau de importância no processo de formulação de políticas públicas; aprimorar a capacidade de percepção da relação entre políticas públicas, gestão social e desenvolvimento, de modo a ampliar as possibilidades de formulação e análises de políticas públicas; e ser capaz de contextualizar a realidade brasileira e as políticas públicas setoriais desenvolvidas.

Professor José Irivaldo Alves Oliveira Silva

AULA 1 Políticas Públicas

Objetivo

Nesta aula abordaremos de forma introdutória a definição de Políticas Públicas, suas características, o que dizem os principais teóricos, chegando a um conceito que atenda a nossa finalidade nesse mestrado. Além disso, buscaremos situar o campo de estudo das políticas públicas apresentando-a como área em ascendência na concepção de Estado contemporâneo.

Leituras Sugeridas

1. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul.-dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O presente artigo tem como ponto forte a síntese e o posicionamento teórico do estudo das políticas públicas, sendo uma excelente introdução para nossa incursão nessa área. A partir dessa leitura podemos tomar diversos rumos na literatura.

2. SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul.-dez. 2003. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cadernocrh.ufba.br%2Finclude%2Fgetdoc.php%3Fid%3D773%26article%3D273%26mode%3Dpdf&ei=so4AVNfDN4WQgwSD9IKIDQ&usg=AFQjCNFTVnyS2H-nrfrUahJIaZpXmEx_Lw&sig2=pSin4xXnvIMlWWDVh04-tw>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Celina Souza, nesse artigo, nos apresenta a necessidade de construirmos uma agenda de pesquisa e, tendo muitas possibilidades, de pesquisar em Políticas Públicas, não sendo em vão nosso esforço. Ela situa o campo do conhecimento nos contextos nacional e internacional, o que será de grande valia para instrumentalizar nossas pesquisas no mestrado.

3. ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **RBCS**, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15981>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   A presente literatura justifica-se a configuração de uma agenda de pesquisa em políticas públicas, a qual será muito importante para conhecermos mais a fundo o campo de estudo dessas políticas. Marta Arretche é um dos expoentes nacionais no estudo das políticas públicas, o que enseja a necessidade de conhecermos seu trabalho.

Leituras Complementares

1. FARIA, Carlos A. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15984>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   Carlos Faria apresenta uma contextualização bem eficaz do campo de políticas públicas, sendo uma excelente indicação para amparar estudos desse campo.

2. SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. **Rev. Adm. Contemp.** [*on-line*], Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 1.194-1.194, 2001. ISSN 1982-7849. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552011000600017>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   Secchi faz uma análise enxuta acerca das políticas públicas que, inclusive, poderá ser utilizado em todo o nosso curso, por ser bastante pertinente. Este livro pode ser encontrado em diversos livreiros e bibliotecas públicas universitárias.

Fóruns

Discutir as definições de Políticas Públicas, buscando elaborar um diálogo entre as leituras realizadas, tanto as que foram indicadas como outras que, por ventura, o aluno acessou.

Verificação de Aprendizagem

Elabore um quadro elencando as principais definições de políticas públicas aprendidas nesta Unidade.

AULA 2

Formulação de Políticas Públicas

Objetivo

Nesta aula abordaremos de forma inicial o processo de formulação de políticas públicas e suas etapas. Nosso objetivo é apresentar o processo de formulação de políticas públicas nos cenários nacional e internacional.

Leituras Sugeridas

1. OLLAIK, Leila Giandoni; MEDEIROS, Janann Joslin. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. **Rev. Adm. Pública** [*on-line]*, v. 45, n. 6, p. 1.943-1.967, 2011. ISSN 0034-7612. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000600015>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O presente artigo aborda de modo pragmático como ocorrem os processos de reflexão e planejamento de políticas públicas, dando uma visão ampla e consistente acerca do processo de formulação dessas políticas.

2. REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **RBCS**, v. 18 n. 51, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15982.pdf>**.** Acesso em: 4 ago. 2014.

   Reis nos ajuda a pensar acerca do passo inicial para o processo de formulação de políticas públicas que é, justamente, refletir acerca de uma agenda de pesquisa em políticas públicas, o que será muito útil num processo dessa natureza.

3. CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de

formulação de políticas públicas. **Bib São Paulo**, n. 61, p. 25-52, 1º semestre 2006. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/images/bib61.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Trata-se de uma produção basilar para entendermos os pressupostos teóricos de qualquer processo de formulação de políticas públicas. A obra nos auxiliará a problematizar o processo de formulação de políticas públicas, ajudando a trilhar uma vertente ou vertentes nesse processo complexo de construção.

Leituras Complementares

1. RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Brasília, DF: Capes, UAB, 2009. (O material poderá ser disponibilizado pelo autor nacional)

   Este material, usado como apoio didático nos cursos da Universidade Aberta do Brasil, em sua segunda Unidade aborda o processo de formulação de políticas públicas, podendo ser bastante interessante para a fixação do aprendizado.

2. HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. *In:* HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 2. ed. Brasília, DF: Editora de Universidade de Brasília, 2010. (Livro disponível nas grandes livrarias virtuais. O autor nacional possui e, caso necessário, poderá disponibilizá-lo digitalizado).

   O citado capítulo deste livro bastante disseminado no Brasil traz uma perspicaz análise acerca dos projetos de desenvolvimento que são formulados a partir das políticas públicas, monstrando as concepções que alimentam o ciclo do processo de formulação de políticas públicas.

Fóruns

Propor um debate acerca do processo de formulação de políticas públicas no âmbito da gestão pública brasileira visando indicar pontos positivos e negativos e sugestões, à luz da teoria estudada, para o aprimoramento desse processo na administração pública contemporânea.

Verificação de Aprendizagem

Acesse os *sites* do governo federal e identifique pelo menos três políticas públicas em execução apontando o que as caracteriza para que elas sejam consideradas políticas públicas.

AULA 3

Implementação das Políticas Públicas

Objetivo

Nesta aula o nosso objetivo é apresentar como se dá a implementação de políticas públicas e quais as bases de sua abordagem, iniciando uma fase da disciplina em que apresentaremos, na medida do possível, trabalhos mais empíricos do campo de estudo de políticas públicas.

Leituras Sugeridas

1. QUEIROZ, Roberta Graziella Mendes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público. **Rev. Adm. Pública** [*on-line*], Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 679-705, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122010000300007>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O presente artigo traz uma espécie de estudo de caso de transformação da gestão pública a partir da mudança na base das concepções que informavam as políticas públicas, tendo como foco a implementação de políticas supostamente inovadoras.

2. SARAVIA, Enrique ; FERRAREZI, Elisabete Ferrarezi (Org.) Políticas públicas: coletânea. Brasília, DF: ENAP, 2006. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2857>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Esta é uma publicação de referência em políticas públicas, sendo possível utilizá-la para a compreensão de todo o processo de formulação de políticas públicas, inclusive, a fase de implementação e da sua importância.

Leituras Complementares

1. SOARES, Catharina Leite Matos; PAIM, Jairnilson Silva. Aspectos críticos para a implementação da política de saúde bucal no Município de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública** [*on-line*]. 2011, vol. 27, n. 5, p. 966-974.. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000500014>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   Esse texto traz uma análise de implementação de uma política pública setorial prevista no contexto da gestão pública contemporânea. Trata-se de um estudo de caso acerca da implementação da Política Nacional de Saúde Bucal, especificamente na Bahia, chamada de Brasil Sorridente.

2. AMERICAN SOCIETY FOR PUBLIC ADMINISTRATION — ASPA. Revised Draft. September 4, 2009. Report to the ASPA President and National Council. **The Importance of Implementation**: adding ASPA's Voice to Deliberations about Government Policy. Disponível em: <www.aspanet.org/public/aspadocs/aspa2011-2013strategicplan.doc>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   Trata-se de um relatório da Associação de Administração Pública dos Estados Unidos que apresenta as diretrizes e a importância da sua implementação para a gestão pública contemporânea.

Fóruns

Provocar uma análise mais particular da implementação de alguma política pública em organizações públicas de quaisquer das esferas públicas nacionais. Esse debate deve ser direcionado no sentido de abrir um leque de possibilidades para um princípio de análise crítica acerca da implementação de políticas públicas.

Verificação de Aprendizagem

A partir das leituras realizadas, acesse o *site* do governo de seu Estado, escolha duas políticas públicas e verifique como elas estão sendo implementadas.

AULA 4 Avaliação

Objetivo

Nesta aula o nosso objetivo é apresentar como se dá a avaliação de políticas públicas e as bases de sua abordagem, apresentando um panorama da avaliação dessas políticas.

Leituras Sugeridas

1. PIERANTONI, Celia Regina; VIANNA, Ana Luiza. Avaliação de processo na implementação de políticas públicas: a implantação do Sistema de Informação e Gestão de Recursos Humanos em Saúde (SIG-RHS) no contexto das reformas setoriais. **Physis** [*on-line*], v. 13, n. 1, p. 59-92, 2003. ISSN 0103-7331. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312003000100004>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O artigo avalia o processo de implementação do Sistema de Informação e Gestão de Recursos Humanos nas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde de estados e municípios selecionados e apresenta a metodologia de avaliação de processo (de implementação), descrevendo as etapas e a construção de indicadores. Trata-se de uma importante abordagem empírica da avaliação de políticas públicas relacionando-a com a fase de implementação.

2. ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo da avaliação. *In:* RICO, E. M. (Org.). **Avaliação das Políticas Sociais***:* uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1998.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2014.

O capítulo do livro disponibilizado pela Universidade de São Paulo (USP) em seu *site* aborda de modo consistente a formação de um campo de estudo das políticas públicas a partir da sua avaliação. Segundo a autora, ainda que a análise de uma dada política pública possa atribuir a um determinado desenho institucional alguns resultados prováveis, somente a sua avaliação poderá atribuir uma relação de causalidade entre um programa x e um resultado y.

3. FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 21, jun. 2000. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Klaus Frey é referência no estudo e análise de políticas públicas no Brasil, sendo o presente artigo seminal para o tratamento do processo de formulação e análise de políticas públicas. Nele são discutidos alguns conceitos básicos da análise de políticas públicas, e destacam- se as contribuições das abordagens do neoinstitucionalismo e da análise de estilos políticos para o campo de investigação da ciência política.

Leituras Complementares

1. VIANNA, Maria L. T. W. A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-41, 1989. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.anpocs.org%2Fportal%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D408%26Itemid%3D435&ei=0ywBVL7RLZHHgwTlpYKwCQ&usg=AFQjCNH8xDs-uXsX0HqjwJeizpVIq1yWYg&sig2=6ZEHwFU9p2yC9H8wMUUVcw&bvm=bv.74115972,d.eXY>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Este texto é uma importante referência sobre a evolução das políticas públicas no Brasil, ajudando-nos a compreender a chegada de uma fase mais aprimorada que insere a avaliação das políticas públicas no contexto de um modelo de Estado contemporâneo.

2. TOMMASI, Mariano; STEIN, Ernesto. **Policymaking in Latin America**: how politics shapes policies. Harvard University: David Rockefeller Center, 2008. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1570390>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Este livro está disponível para *download* na internet e apresenta uma coletânea de capítulos que abordam essencialmente políticas públicas e a sua avaliação. A importância desse livro decorre de uma análise das políticas públicas a partir da América Latina, como é o caso do que ocorre no México.

Fóruns

Provocar um debate acerca da importância da avaliação de políticas públicas para a constituição de um modelo de Estado eficiente e com foco em resultados.

Verificação de Aprendizagem

Aponte duas políticas públicas do governo federal e indique como ocorre o processo de avaliação dessas políticas no âmbito do governo ou fora dele.

AULA 5

Parâmetros das Políticas Públicas Após Constituição de 1988 e Gestão Social

Objetivo

Nesta aula o nosso objetivo é apresentar quais são as diretrizes das políticas públicas a partir da Constituição de 1988 e a presença da gestão social no âmbito da gestão pública contemporânea.

Leituras sugeridas

1. BREUS, Thiago Lima. **Políticas Públicas no Estado Constitucional:** a problemática da concretização dos Direitos Fundamentais Sociais pela Administração Pública Brasileira Contemporânea. 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2006. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-no-estado-constitucional-problem%C3%A1tica-da-concretiza%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-fund>. Acesso em: 4 ago. 2014. Leitura do Capítulo III do Título 3.

A presente dissertação consiste em uma análise sistemática dos caracteres jurídicos, políticos e sociais que, na contemporaneidade, conformam um dos mecanismos centrais de atuação da Administração Pública brasileira voltada à efetivação dos Direitos Fundamentais, sobretudo dos direitos sociais, econô-

micos e culturais: as *políticas públicas*. Ela é importante por trazer os parâmetros a serem seguidos a partir do que chamamos de "constitucionalização das políticas públicas".

2. LIMA, Giovanna de Moura Rocha. **Continuidade de políticas públicas**: a constitucionalização importa? 2011. 73 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8228/62090100002.pdf?sequence=1 >. Acesso em: 4 ago. 2014. Leitura apenas do item três.

   O presente estudo foi escolhido porque busca contribuir para o entendimento da relação entre constituição, políticas públicas e democracia e do efeito das cartas na produção de políticas públicas: estas estão condicionadas por aquelas não apenas pelo ordenamento político-jurídico que aquelas estruturam, mas também por seu conteúdo substantivo e pelos incentivos e limites que se colocam aos atores políticos. Trata-se de um estudo basilar que pode nos dar a real dimensão do processo de constitucionalizarão das políticas públicas.

3. PERRUCHO FILHO, Jácomo Mutti. **Gestão Social e políticas públicas:** agência de desenvolvimento social. 2004. 292 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PGSS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87539/210579.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 ago. 2014. Leitura do item 2.3.

   A presente dissertação busca apresentar e problematizar a relação entre políticas públicas e gestão social. Foram apresentadas proposições sobre a construção e a configuração do modelo de gestão adotado pela área social e seu processo de gerenciamento, bem como seus desdobramentos sobre a prática profissional, focalizando os seguintes aspectos: ampliação das atribuições e competências com fundamentos amparados nos princípios da Administração Pública gerencial; e a formatação institucional compatível com o plano diretor da reforma do aparelho do Estado, especificamente no contexto de uma agência executiva e reguladora.

Leituras Complementares

1. PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Rev. Adm. Empresas** [*on-line*], v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005. ISSN 0034-7590. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902005000100005>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O presente artigo busca analisar, em uma perspectiva comparada, a Administração Pública gerencial e a Administração Pública societal, propondo uma agenda de pesquisa para futuras investigações.

2. MENDONCA, Patrícia Maria E.; GONCALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Gestão Social: notícias sobre o campo de estudos e práticas a partir das interações e debates do VI Enapegs. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 46, n. 5, out. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2014.

   O presente artigo é uma excelente fonte geral de pesquisa, na medida em que apresenta o termo Gestão Social como centro da formação de um campo de estudo. O termo Gestão Social, como vem sendo utilizado por pesquisadores reunidos na Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS), tem como objeto de estudo a gestão de problemáticas sociais e ambientais que necessitam de uma visão intersetorial e interorganizacional, considerando seu espaço de articulação em um contexto de constante fortalecimento democrático, onde múltiplos atores compartilham interesses, visões e ações dentro de um território.

Fóruns

Estabelecer uma discussão que trace as diretrizes das políticas públicas e da Gestão Social a partir dos parâmetros estabelecidos pela Constituição de 1988.

Verificação de Aprendizagem

Aponte uma experiência de Gestão Social que você conheça e indique o que a faz ter traços de Gestão Social e de Gestão Pública. Pode ser um exemplo em qualquer esfera da Administração Pública brasileira.

AULA 6

Federalismo: descentralização e transparência

Objetivo

Nesta aula teremos como finalidade aprender a relacionar a importância do federalismo no Estado contemporâneo e seu impacto nas políticas públicas a partir da constitucionalização dessas políticas, vista na sessão anterior. Isso nos levara a compreender melhor como o instrumento de descentralização no federalismo tem agido em face do aprimoramento de políticas públicas na gestão pública atual.

Leituras Sugeridas

1. KUGELMAS, Eduardo; SOLA, Lourdes. Recentralização/descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 63-81, out. 1999. ISSN 0103-2070. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 4 ago. 2014..

   Para esta aula, torna-se importante explorar textos que coloquem como agenda de estudo os processos de centralização e descentralização, até mesmo uma recentralização. Esse texto discute a evolução das práticas e instituições federativas no Brasil dos anos recentes, enfatizando a simultaneidade de processos de recentralização e descentralização.

2. ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo Perspec.** [*on-line*], v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004. ISSN 0102-8839. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000200003>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O presente artigo busca discutir como se dá a federação brasileira, ou o modelo nacional, e seu impacto na centralização ou descentralização das políticas sociais; e também pretende demonstrar que a concentração da autoridade política varia entre Estados federativos e entre políticas particulares, condicionando a capacidade de coordenação governamental de políticas.

3. ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 41, n. esp. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000700005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 ago. 2014.

   Este artigo reconstitui, em linhas gerais, a trajetória da Administração Pública brasileira nos últimos 20 anos, analisando tanto os principais avanços e novidades quanto os erros de condução das reformas e os problemas de gestão que ainda persistem. Após fazer um balanço que percorre a Nova República, a era Collor, o projeto Bresser e o governo Lula, o texto apresenta uma proposta de quatro eixos estratégicos para a modernização do Estado diante dos desafios do século XXI.

Leitura Complementares

1. FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 ago. 2014.

   O artigo traz à baila uma discussão atualíssima para a gestão pública: a importância da transparência no cumprimento do desiderato da Administração Pública. Ele busca formular uma perspectiva crítica ao que nomeamos como "política da transparência" em favor do que chamamos de "política da publicidade". Esta última tem como perspectiva fornecer um argumento normativo para o conceito de *accountability*, no sentido de aprofundar a democracia e fortalecer os processos de gestão pública.

2. MONTORO FILHO, André Franco. Federalismo e Reforma fiscal. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 3 p. 55, jul-set., 1994. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/55-2.PDF>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   Este texto aborda as característica da federação brasileira e a necessidade de reformas para que ela seja eficaz para a gestão pública, sendo efetivamente descentralizada e não, ao contrário, uma federação centralizadora.

Fóruns

Promover um debate que articule a importância da federação na execução de políticas pública num contexto de descentralização e transparência na gestão pública.

Verificação de Aprendizagem

Aponte um exemplo de descentralização na União, bem como indique de que forma ocorre a transparência nessa mesma esfera do Estado.

AULA 7

Participação e Controle Social na Gestão Pública Contemporânea

Objetivo

Nesta aula apresentaremos a participação e o controle social como pressupostos a serem levados em consideração no ciclo das políticas públicas, a que auxiliam no processo de decisão pública.

Leituras Sugeridas

1. FEDOZZI, Luciano *et al*. Participação, cultura política e cidades. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 14, n. 30, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222012000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 ago. 2014.

   O artigo abre espaço para a publicação de um dossiê que discute a teoria da participação social no contexto da democracia contemporânea, ajudando a compreender a construção da participação para o aprimoramento da democracia; logo, de uma gestão pública que privilegie uma participação ampla da sociedade, até mesmo pelo controle social eficaz.

2. TEIXEIRA, Solange Maria. Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S1414-49802007000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 ago. 2014.

O texto aponta elementos para uma problematização da democracia direta, materializada em processos de descentralização e de participação da sociedade civil nos espaços de deliberações das políticas públicas, em um contexto de reformas das políticas sociais iniciadas na década de 1990.

Leituras Complementares

1. WENDHAUSEN, Águeda; CARDOSO, Sandra de Mello. Processo decisório e Conselhos Gestores de Saúde: aproximações teóricas. **Revista Brasileira de Enferm.**, Brasília, DF, v. 60, n. 5, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000500018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O presente escrito objetiva situar teoricamente o processo decisório em termos de democracia participativa, elementos que o compõem, fatores que interferem em seu desenvolvimento e, finalmente, explora algumas possibilidades do referencial para analisar as práticas conselhistas.

2. VAZ, Alexander Cambraia N. Modelando a participação social: uma análise da propensão à inserção em instituições participativas, a partir de características socioeconômicas e políticas. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, DF, n. 10, abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O artigo faz uma avaliação da probabilidade média dos indivíduos de tomarem parte de processos participativos em Instituições Participativas (IPs), a partir de um conjunto de características socioeconômicas e políticas. Com base em um universo de 2.200 indivíduos de todos os Estados do Brasil, que responderam a UM questionário aplicado pelo Instituto Vox Populi, focado na temática da participação social (documento elaborado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foram avaliadas as características de indivíduos que efetivamente participam de IPS relacionando tal informação com um conjunto de variáveis de perfis socioeconômicos e políticos.

Fóruns

Propor uma discussão que analise a participação e o controle social a partir da Constituição Federal de 1988.

Verificação de Aprendizagem

Indique como ocorre o controle social e a participação nas políticas públicas do seu Estado. Dessa forma, aponte as características do controle social e da participação nessa política.

AULA 8

Políticas Públicas Setoriais: educação

Objetivo

Nesta aula o nosso objetivo é iniciar a apresentação das políticas públicas mais relevantes em nosso País, de modo a discutirmos e exercitarmos o que aprendemos nas aulas anteriores. Começaremos pela exposição da educação como política pública em nosso País, numa perspectiva analítica de avaliação mais ampla, trazendo, também, uma literatura que analise a política de forma mais particularizada em seus diversos programas existentes em nosso País.

Leituras Sugeridas

1. SCHLEGEL, Rogerio. Educação como política pública: por que os retornos políticos merecem ser avaliados. **E-Legis**, n. 7, p. 7-21, 2. sem 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O presente artigo tem sua importância no fato de analisar o impacto da educação no comportamento político dos cidadãos. Portanto, as conclusões apontam para o impacto amplo que a escolarização tem sobre os indivíduos e sobre a necessidade de levar essa característica em conta na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas do setor.

2. MELLO, Guiomar Namo de. Políticas Públicas de Educação. **Estudos avançados** v. 5, n. 13, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n13/v5n13a02.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2014.

O presente artigo traz uma abordagem histórico-evolutiva acerca das políticas públicas de educação no Brasil, sendo importante para o nosso conhecimento sobre os pressupostos que alimentam as nossas políticas contemporâneas de educação.

3. MARTINS, Paulo de Sena. O financiamento da educação básica como política pública. **RBPAE**, v. 26, n. 3, p. 497-514, set.-dez. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19795/11533>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Este artigo discute o financiamento da educação como política pública, entendida como expressão da intervenção do Estado em resposta a demandas sociais que se institucionalizaram e foram reconhecidas como direitos; recupera a história do ingresso do tema na agenda do Estado brasileiro, a partir da Constituição de 1934, que estabeleceu a vinculação de recursos de impostos à educação; discute as diretrizes para o financiamento da educação básica pública e as experiências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e do Plano Nacional de Educação (PNE); e analisa os desafios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do novo PNE tendo em vista que o Brasil é uma Federação.

Leituras Complementares

1. MARINS, Simone Cristina Fanhani; MATSUKURA, Thelma Simões. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. **Rev. Bras. Educ. Espec**., Marília, v. 15, n. 1, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Esta pesquisa fundamenta-se nas diretrizes políticas para a educação inclusiva no Brasil e suas estratégias de implementação que propõem, além da garantia do acesso, permanência e qualidade da educação para os alunos com necessidades especiais no ensino regular.

2. MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; LOPES NETO, Sebastião. Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional. **Educação Soc**., Campinas, SP, v. 26, n. 93, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000400019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Aqui temos uma discussão que visa avaliar de forma mais específica a política pública de educação quanto à sua certificação profissional e às competências dos egressos. As reflexões realizadas nesse trabalho visam contribuir para a elaboração de uma política pública que integre a formação profissional no sistema nacional de educação e normalize a validação das qualificações profissionais no sistema escolar, promovendo a superação da dicotomia entre educação/certificação escolar e formação/certificação profissional e possibilitando aos candidatos a certificação profissional, o reconhecimento social e o aproveitamento de seus conhecimentos para fins de continuidade de estudos e de inserção e progressão profissional.

Fóruns

Propor uma discussão sobre a política da educação em nosso País, buscando destacar quais são os pilares dessa política e qual seu desenho institucional.

Verificação de Aprendizagem

Indique as políticas públicas de educação, no plano federal, e as elenque num quadro.

AULA 9

Políticas Públicas Setoriais: saúde

Objetivo

Nesta aula o nosso objetivo é apresentar a política pública de saúde do País, numa perspectiva analítica, com escopo de avaliação e verificação dos seus pressupostos matrizes que influenciam em sua formulação e implementação.

Leituras Sugeridas

1. CAETANO, Rosângela; DAIN, Sulamis. O Programa de saúde da família e a reestruturação da atenção básica à saúde nos grandes centros urbanos: velhos problemas, novos desafios. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312002000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O presente artigo tem como fio condutor a análise das principais estratégias de saúde em nosso País: o Programa Saúde na Família. Discute algumas das dificuldades específicas para a reestruturação do modelo assistencial dos grandes centros, bem como os desafios a serem superados pela adoção do programa.

2. DOWBOR, Monika. Da inflexão pré-constitucional ao SUS municipalizado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 78, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 ago. 2014.

Este artigo adota a análise das reformas do setor de saúde pelo prisma da atuação de atores capazes de incidir na política. Esse recorte permitiu, em primeiro lugar, identificar a inflexão pré-constitucional na primeira década de 1980, possibilitada pelo aproveitamento de oportunidades institucionais pelos profissionais reformistas de saúde, e anterior à Constituição de 1988, considerada como divisor de águas na literatura preocupada com o setor público de saúde. O segundo argumento refere-se ao processo da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e focaliza a mudança de atores com capacidade de levar as reformas adiante.

3. ARAÚJO, Eliane Cardoso de *et al*. **Políticas públicas de saúde no Brasil**: SUS e pactos pela saúde. Disponível em: <http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_4.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   Trata-se de um material didático que apresenta a Política Pública de Saúde no Brasil de forma mais geral, colocando-nos a par dos principais fatos que nos ajudam a compreender como se deu, e como se dá, essa importante política.

Leituras Complementares

1. SARRETA, F. O. Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS [*on-line*]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 248 p. ISBN 978-85-7983-009-9. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/29k48>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   Trata-se de uma publicação que traz uma ampla análise do sistema de saúde nacional, problematizando e trazendo à baila uma série de questões que podem nos ajudar a compreender e empreender investigações de natureza científica nesse campo, como a questão do funcionamento do SUS. Onde está o problema? É um problema de gestão, de gerenciamento, de fiscalização; e de serviço também, que é outra área que está muito deficiente. Falta gerenciamento.

2. SANTOS, Nelson Rodrigues dos. SUS, política pública de Estado: seu desenvolvimento instituído e instituinte e a busca de saídas. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 1, jan. 2013 . Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000100028&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 ago. 2014.

O texto resgata significados do movimento da reforma sanitária e do movimento municipal de saúde no contexto dos anos 1970 e 1980, sua força social, política e inovadora na reconstrução democrática na época. A seguir, constata que a implementação das diretrizes constitucionais, regulamentadas em 1990 pelas Leis n. 8.080/90 e n. 8.142/90, vem sendo marcada nos últimos 22 anos por quatro pesados e crescentes obstáculos impostos pela política de Estado a todos os governos: subfinanciamento federal, subsídios federais ao mercado de planos privados de saúde, resistência à reforma da estrutura gerencial estatal da prestação de serviços e entrega do gerenciamento de estabelecimentos públicos a entes privados. O SUS incluiu no sistema público de saúde metade da população antes excluída, mas esses obstáculos mantêm a cobertura da atenção básica focalizada abaixo da linha de pobreza e com baixa resolutividade.

Fóruns

Propor como tema de discussão no fórum a avaliação da política de saúde no Brasil a partir do SUS.

Verificação de Aprendizagem

Apresente e analise dados sobre a mortalidade infantil no Brasil a partir de consulta ao banco de dados do DATASUS.

AULA 10

Políticas Públicas Setoriais: segurança pública

Objetivo

Nesta aula o nosso objetivo é apresentar a política de segurança pública do País, numa perspectiva analítica, com escopo de avaliação e verificação dos seus pressupostos que influenciam em sua formulação e implementação.

Leituras Sugeridas

1. CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

O artigo discute a política de segurança pública adotada no Brasil contemporâneo, especialmente nesta primeira década no século 21. Inicialmente, apresenta reflexões sobre o papel do Estado no sentido de garantir a segurança pública como direito fundamental do cidadão. Posteriormente, destaca o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) como inovações na política de segurança pública brasileira. Considera que, apesar dos limites e desafios próprios da complexidade relativa à questão, têm ocorrido avanços na democratização da política de

segurança, por meio de uma maior participação da sociedade nas discussões e na implementação das ações nessa área.

2. AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Prevenção integrada: novas perspectivas para as políticas de segurança no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802006000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   Este artigo busca identificar os elementos constitutivos de uma nova perspectiva de tratamento da conflitualidade social contemporânea. Parte-se do reconhecimento dos limites do paradigma reativo, característico da modernidade em matéria penal, pautado pela lógica formal e dogmática da normatividade estatal. Se de um lado a crise desse paradigma leva ao recrudescimento do punitivismo – com propostas de aumento de penas e da sua utilização não mais para retribuir ao delito ou reinserir o indivíduo na sociedade, mas como mecanismo de pura e simples contenção – e à supressão de garantias em nome da eficiência e do combate ao crime, de outro, surgem por toda parte experiências de gestão da segurança baseadas na participação cidadã e no engajamento da sociedade civil em políticas de inclusão social e controle público da atuação da polícia e do sistema penal.

Leituras Complementares

1. SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, São Paulo , v. 17, n. 47, abr. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   O artigo é importante para a nossa proposta, pois traz uma abordagem que diagnostica os problemas de segurança pública nacional, bem como discute as principais soluções que são alvos de discussões atuais. Além disso, discute as causas dos problemas enfrentados pela área de segurança pública em nosso País.

2. BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

Este artigo discute, em sua primeira seção, a criminalidade violenta como um problema social no Brasil, através da demonstração e localização de sua dimensão no Estado de Minas Gerais, bem como algumas estimativas do custo econômico que ela acarreta. A segunda seção trata das condições em que este problema social torna-se um problema público, o que significa examinar as condições e deficiências de ordem cognitiva na formulação de políticas públicas para essa área. A terceira parte é uma discussão acerca do sistema de justiça criminal, em especial sobre a polícia no Brasil. A quarta é dedicada à discussão acerca das soluções encontradas em outros países para o problema da segurança pública. Finalmente, são discutidas algumas questões referentes às políticas de segurança pública no Brasil.

3. BIRCHAL, Fabiano Fernandes Serrano; ZAMBALDE, André Luiz; BERMEJO, Paulo Henrique de Souza. Planejamento estratégico situacional aplicado à segurança pública em Lavras (MG). **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   Este texto traz uma análise acerca da política publica de segurança para um determinado município. O presente trabalho tem por objetivo propor e discutir práticas de planejamento estratégico da segurança pública para o município de Lavras (MG), com base referencial no método de Planejamento Estratégico Situacional (PES).

Fóruns

Fomentar uma discussão que apresente desenhos de políticas públicas que tenham impacto direto no planejamento da área de segurança pública, refletindo sobre a possibilidade de termos uma política pública municipal de segurança pública.

Verificação de Aprendizagem

Consulte indicadores de violência, analisando-os a partir do banco de dados existente no IPEA DATA.

AULA 11

Políticas Públicas Setoriais: meio ambiente

Objetivo

Nesta aula o nosso objetivo é apresentar a Política Nacional de Meio Ambiente, suas características, estratégias e diretrizes. Além disso, apresentaremos o desenvolvimento sustentável como grande diretriz do Estado contemporâneo, que acaba informando outras políticas públicas postas em funcionamento.

Leituras Sugeridas

1. LEME, Taciano Neto. Os municípios e a Política Nacional de Meio Ambiente. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF: IPEA, n. 35, jul.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/196/191>. Acesso em: 4 ago. 2014.

   O artigo faz uma análise sobre a Política Nacional de Meio Ambiente trazendo como diferencial a inserção do município como ente federado necessário para o desenvolvimento dessa política. Um dos gargalos do sistema é a fragilidade institucional dos fóruns destinados à pactuação de políticas entre entes federados e órgãos do governo federal, o que compromete a gestão ambiental compartilhada.

2. MALHEIROS, Tadeu Fabrício; PHLIPPI JR., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_

arttext&pid=S0104-12902008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

Este texto aborda documentos importantes para informar qualquer política que tenha como finalidade o desenvolvimento sustentável, trazendo à baila a temática de indicadores de desenvolvimento sustentável, muito importantes para o planejamento de políticas públicas ambientais.

Leituras Complementares

1. FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Rev. Sociol. Polit**., Curitiba, n. 21, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   Diante das crescentes críticas aos modelos predominantes de desenvolvimento voltados ou para soluções de mercado ou para ações estatais centralizadoras e impositivas, este trabalho propõe uma investigação teórica das possibilidades de fomentar um desenvolvimento local mais sustentável através do fortalecimento de redes sociais e sua inserção progressiva nos processos político-administrativos locais. Partindo de uma leitura crítica da concepção do capital social, o artigo evidencia a importância de estratégias de desenho institucional capazes de mobilizar o capital social e garantir às comunidades locais acesso ao poder social e político.

2. OLIVEIRA, Lucas Rebello de *et al*. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Produção**, São Paulo, v. 22, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132012000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 5 ago. 2014.

   O texto apresenta uma contextualização acerca da literatura e das diferentes abordagens sobre sustentabilidade nas organizações, relacionando-a com o planejamento estratégico. O estudo enquadra-se na Engenharia da Sustentabilidade, uma das áreas de conhecimento definida pela Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO).

Fóruns

Apresentar as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente e a inserção do desenvolvimento sustentável na gestão pública nacional a partir da Constituição de 1988.

Verificação de Aprendizagem

Aponte duas políticas ambientais desenvolvidas pelo governo federal a partir dos *sites* do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), descrevendo as etapas do ciclo de políticas públicas de cada uma delas.

AULA 12

Políticas Públicas Setoriais: habitação

Objetivo

Nesta aula o nosso objetivo é apresentar a Política Nacional de Habitação, caracterizá-la e apresentar seus pressupostos como política pública. A intenção é fazer com que o discente consiga identificar essa política entre tantas sendo executadas no País, de modo a reconhecer o seu *modus operandi*, seus procedimentos, enfim, a sua concepção.

Leituras Sugeridas

1. DRUMOND, Alexandre Matos; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; SILVA, Edson Arlindo. Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   No Brasil, a Administração Pública tem sido conduzida ao longo dos anos por diferentes modelos de gestão: patrimonialista, burocrático, gerencial e societal, cada qual representando determinado contexto histórico, econômico e político. Este artigo verifica quais elementos desses modelos predominam na Administração Pública brasileira, tendo como objeto de análise a Política Nacional de Habitação e suas etapas no ciclo político.

2. HONDA, Sibila Corral de Arêa Leão. Política habitacional de baixa renda e a atuação do capital privado: o Programa de Arrendamento Residencial

em Presidente Prudente (SP). **Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 5, n. 1, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692013000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

Este artigo visa contribuir para uma análise crítica sobre a produção da habitação de baixa renda pela iniciativa privada em cidades médias no Brasil, entre os anos 1999 e 2008, verificando seus efeitos no espaço urbano. Aborda o papel dos municípios, pós-Constituição Federal de 1988, com ênfase no Programa de Arrendamento Residencial (PAR), instituído em 1999 pelo Governo Federal; e tem como estudo de caso Presidente Prudente, município localizado no oeste do estado de São Paulo.

3. BUGS, Geisa; REIS, Antônio Tarcísio da Luz. Avaliação da participação popular na elaboração de planos de habitação de interesse social no Rio Grande do Sul. **Urbe - Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 6, n. 2, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692014000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

Este artigo avalia a participação popular na elaboração de nove Planos Local de Habitação de Interesse Social (PLHISs) no estado do Rio Grande do Sul. São avaliados os níveis de participação alcançados, as dificuldades encontradas durante o processo participativo, a eficácia dos métodos aplicados, o interesse do público em participar e o potencial da internet como ferramenta de participação. Adicionalmente, à luz dos resultados, são discutidas novas possibilidades para a participação popular através da internet.

Leituras Complementares

1. MAGALHAES, Kelly Alves *et al*. A habitação como determinante social da saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no programa Bolsa Família. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 1, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

Neste artigo os autores buscam avaliar as condições de habitação e de saneamento de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF), bem como analisar os significados dos sujeitos entrevistados sobre sua moradia. Trata-se

de um estudo transversal, de abordagem quanti-qualitativa, realizado entre agosto e setembro de 2007, no município de Paula Candido (MG). Ele nos ajuda a refletir acerca de fatores essenciais para a formulação de políticas públicas.

2. KLECHEN, Cleiton Fabiano; BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. Pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da Prefeitura de Belo Horizonte. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   A relevância da autogestão tem despertado estudos e discussões sobre o tema no âmbito da academia, principalmente no que diz respeito à sua proposta de mudança social. O artigo analisou a experiência do Programa de Autogestão da Habitação, da Secretaria Municipal de Habitação de Belo Horizonte, à luz de pilares definidos pelos autores.

Fóruns

Propor no fórum uma discussão acerca da evolução da Política Habitacional do Brasil, estabelecendo os parâmetros que a norteiam e abrindo espaço para a proposta de novos desenhos dessa política.

Verificação de Aprendizagem

Analise o Programa Minha Casa Minha Vida a partir do *site* do Ministério das Cidades, destacando como foi cada fase dessa política, cruzando esses dados com os dados habitacionais publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

AULA 13

Políticas Públicas Setoriais: seguridade social

Objetivo

Nesta aula o nosso objetivo é abordar a Política de Seguridade no Brasil, caracterizá-la e apresentar seus pressupostos como política pública. A intenção é fazer com que o discente consiga identificar essa política entre tantas sendo executadas no País, de modo a reconhecer o seu *modus operandi*, seus procedimentos, enfim, a sua concepção.

Leituras Sugeridas

1. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 set. 2014.

   O objetivo é discutir e analisar alguns elementos do processo de institucionalização de políticas sociais no Brasil pós Constituição de 1988, em especial as de Seguridade Social. Parte-se do pressuposto de que esse processo apresenta híbridos que comprometem os resultados previstos no modelo constitucional. Por um lado, verificam-se avanços importantes no aparato político-organizacional e na concepção da questão social (aqui tratados através dos elementos

de constitucionalização, abrangência e ampliação). Por outro lado, persistem entraves, em especial na universalização, no financiamento e na qualidade dos serviços prestados, que são contraditórios aos avanços alcançados. A permanência desses híbridos impede a equidade e a cidadania propostas no modelo da Constituição de 1988.

2. SILVA, Ademir Alves da. A reforma da previdência social brasileira: entre o direito social e o mercado. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, set. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 set. 2014.

   Este texto trata da gestão do sistema previdenciário brasileiro, identificando as posições em confronto, em dois períodos: o imediatamente posterior à reforma de 1998, do governo FHC, e o do primeiro ano do governo Lula.

3. SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradições da Assistência Social no governo "neodesenvolvimentista" e suas funcionalidades ao capital. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 113, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 set. 2014.

   É na particularidade da inserção da economia brasileira na totalidade do capital que se explicitam as funcionalidades da política de Assistência Social às estratégias "neodesenvolvimentistas" de crescimento econômico e justiça social. Convertendo seus usuários trabalhadores apenas em "pobres", a Assistência Social brasileira assume um novo papel, o qual permite, em última análise, salvaguardar a riqueza produzida no País do conflito pela sua repartição e transferi-la para a expansão do capital internacional.

Leituras Complementares

1. REIS, Paulo Ricardo da Costa; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; BRAGA, Marcelo José. Previdência social e desenvolvimento socioeconômico: impactos nos municípios de pequeno porte de Minas Gerais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 set. 2014.

Em razão da importância da previdência social na arena das políticas públicas sociais brasileiras, principalmente nos municípios de pequeno porte, o objetivo principal deste artigo consiste na avaliação do impacto dos benefícios emitidos pela previdência social sobre a eficiência na promoção do desenvolvimento socioeconômico entre os pequenos municípios do estado de Minas Gerais. Para tanto, utilizou-se a técnica de análise envoltória dos dados em dois estágios. Os resultados da pesquisa permitiram concluir que os benefícios pagos pela previdência social impactaram, positivamente, a eficiência municipal na promoção do desenvolvimento socioeconômico.

2. MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano G. Ferreira de. Estado e desigualdade de renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação social. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 28, n. 83, out. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 set. 2014.

   Este estudo avalia quanto o conjunto dos pagamentos e arrecadações tributárias diretas do Estado afeta diretamente a desigualdade de renda no Brasil. Para isso, realiza-se, a partir de dados da Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, uma decomposição de fatores que medem as contribuições para a desigualdade de tributos diretos, salários dos setores público e privado, previdência e assistência social e outras fontes de rendimento. O conjunto de pagamentos do Estado piora a desigualdade social, mas nem todas as ações do Estado são concentradoras. Esses pagamentos favorecem, particularmente, servidores públicos ativos e inativos. Tributos diretos e assistência social são progressivos, mas têm efeito limitado. O saldo final dos fluxos monetários diretos entre pessoas e Estado é regressivo e contribui para cerca de um terço da desigualdade de rendimentos familiares *per capita* disponíveis.

Fóruns

Propor um debate sobre os gargalos da seguridade social e da previdência e sua relação com o desenvolvimento, solicitando o posicionamento de cada participante quanto ao modelo previdenciário brasileiro.

Verificação de Aprendizagem

Elabore uma análise da seguridade social no Brasil, a partir de dados coletados nos portais do IBGE e do IPEA, identificando aqueles que possam apresentar um perfil desse setor.

AULA 14

Políticas Públicas Setoriais: trabalho e geração de renda

Objetivo

Nesta aula o nosso objetivo é apresentar a política de trabalho e geração de renda desenhada no Brasil, caracterizá-la e demonstrar seus pressupostos como política pública. A intenção é fazer com que o discente consiga identificar essa política entre tantas sendo executadas no País, de modo a reconhecer o seu *modus operandi*, seus procedimentos, enfim, a sua concepção.

Leituras Sugeridas

1. CARLOTO, Cássia Maria; GOMES, Anne Grace. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   Este trabalho apresenta uma discussão a respeito dos projetos de geração de renda voltados às mulheres pobres. Busca refletir sobre que possibilidades oferecem como política pública para a autonomia financeira e a quebra de padrões baseados na tradicional divisão sexual do trabalho ancorada na falsa dicotomia público-privado. Traz também um debate sobre a pobreza entre as mulheres, já que a perspectiva desses projetos é aumentar os ganhos da família a partir da sua focalização.

2. LACHTIM, Sheila Aparecida Ferreira; SOARES, Cássia Baldini. Valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam? **Trab. Educ. Saúde** [*on-line*], Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   A inserção dos jovens no mundo do trabalho vem sendo matizada pela reestruturação produtiva, fenômeno que situa o trabalho e o futuro em patamares cada vez mais instáveis e inseguros. Partindo da consideração teórica de que valores são histórica e socialmente situados, e que a ideologia liberal sobre o trabalho impregna a vida social, o objetivo desta investigação foi identificar e analisar os valores atribuídos ao trabalho por jovens de diferentes grupos sociais.

3. RIBEIRO, Marlene. Políticas públicas em trabalho, educação e tecnologia: uma história em movimento. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   A existência de fortes complementaridades entre o investimento em infraestrutura e o investimento privado e, consequentemente, entre o investimento em infraestrutura e o crescimento econômico estimulam um estudo mais amplo acerca dessas relações com o processo de privatizações à luz de diferentes perspectivas. Políticas públicas em trabalho, educação e tecnologia têm sido objeto de intensos confrontos entre forças sociais antagônicas. Esse é o tema do artigo aqui proposto, que visa levantar questões para um debate sobre algumas das políticas públicas na área da educação profissional e tecnológica. Com esse propósito, resgata-se a discussão sobre a relação trabalho-educação que, no início da década de 1980, justificou a criação do grupo de trabalho intitulado "Trabalho e educação", na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) para, a partir daí, acumular elementos que permitissem avaliar os avanços e retrocessos das atuais políticas públicas para a educação profissional e tecnológica.

Leituras Complementares

1. ROCHA, Sonia. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482008000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   Este artigo tem como objetivo explorar evidências empíricas sobre a clientela beneficiária dos "novos" programas de transferência de renda do governo federal a partir da utilização dos microdados do questionário principal e do suplemento específico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

2. TESTA, Maurício Gregianin *et al* . Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000600009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 ago. 2014.

   Esta pesquisa reflete sobre a contribuição do Programa Bolsa Família (PBF) para o enfrentamento da pobreza e uma maior autonomia dos sujeitos beneficiários. Foram coletados dados quantitativos com 103 famílias beneficiárias, complementados com entrevistas qualitativas com profissionais e famílias.

Fóruns

Apresentar os dados sobre o Programa Bolsa Família e discuti-los à luz da política de transferência de renda nacional.

Verificação de Aprendizagem

Apresente dados da política de trabalho no Brasil, coletados do Ministério do Trabalho ou do IPEA data, e faça uma análise acerca dos dados escolhidos, lembrando de separar apenas uma faixa temporal.

ESTE GUIA COMPÕE O MATERIAL DIDÁTICO DO **MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL.**

Realização:

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

CAPES

ANDIFES

Ministério da Educação

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Parceria:

UFSC